

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 3 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-866-3 DOI 10.22533/at.ed.663192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO A PARTIR DA ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA	
Diego de Sousa Macedo Wesley Amaral Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.6631923121	
CAPÍTULO 2	12
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA DISCIPLINA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2016	
Márcia de Andrade Pereira Bernardinis Rodolfo Augusto da Costa Maria Clara Suginoshita Marcelo Sefrin Nascimento Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6631923122	
CAPÍTULO 3	28
AS RELAÇÕES BIOFÍLICAS E A ATIVIDADE NA NATUREZA: SUA CONTRIBUIÇÃO NO BEM-ESTAR	
Marilda Teixeira Mendes Michela Abreu Francisco Alves Jarbas Pereira Santos Patrícia Aparecida Antunes Alves Irene Menegali	
DOI 10.22533/at.ed.6631923123	
CAPÍTULO 4	39
CONHECENDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONTAGEM E IDENTIFICANDO A ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Silvânia da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923124	
CAPÍTULO 5	50
CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE UM GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS	
Rael Oliveira Souza Erivelton Nascimento Souza Darlei Oliveira Ferreira Aldinete Silvino de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6631923125	
CAPÍTULO 6	61
CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Gislei José Scapin Leandra Costa da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923126	

CAPÍTULO 7	74
CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIA ARTICULADO COM A REALIDADE	
Elisete Martins Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6631923127	
CAPÍTULO 8	86
EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: A INSENSIBILIDADE DA ESCOLA DIANTE DO CORPO ATIVO	
Andressa Rodrigues Mota	
Kelly Jessie Queiroz Penafiel	
Sylvia Pillar Oliveira de Tassis Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.6631923128	
CAPÍTULO 9	97
ELABORAÇÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS EM NAVIRAÍ - MS	
Keila Kauana Ribeiro Serena	
Fabiane Charão Gomes	
Juliana Dutra Lima	
Mariana Manfroi Fuzinatto	
Priscila Neder Morato	
DOI 10.22533/at.ed.6631923129	
CAPÍTULO 10	102
ENSINO DE QUÍMICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE: ANÁLISES E REFLEXÕES	
Andréia Andreóli Silvestre	
Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231210	
CAPÍTULO 11	110
ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS	
Janne Eyre Bezerra Torquato	
Adalberto Cruz Sampaio	
Francisco Diego da Silva Xavier	
Monalisa Martins Querino	
Elizabeth Amábile Calixto Costa	
Sheyla Maria Lima da Silva	
Paulo Henrique do Nascimento Bem	
Aurilene Alves Torquato	
Ilanna Mara Bezerra Neves	
Alinne Mota Dias	
Emanuelly Castro Alves	
José Herssem Loureto Abrantes Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231211	
CAPÍTULO 12	122
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FÍSICA PARA SAÚDE DE ESTUDANTES EM FASE ESCOLAR	
Adriana Lúcia Leal da Silva	
Luiz Clebson de Oliveira Silvano	
Letícia Lúcia Leal da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231212	

CAPÍTULO 13	130
MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PODER E SABER MÉDICO NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ESCOLARES	
Fabiola Regina Ortega Eduardo Nunes Jacondino	
DOI 10.22533/at.ed.66319231213	
CAPÍTULO 14	140
NOTAS SOBRE A FILOSOFIA POLÍTICA DE ELLACURÍA	
Rogerio Baptistella Sidney Reinaldo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231214	
CAPÍTULO 15	149
O GEOGEBRA COMO FERRAMENTA NO ESCALONAMENTO DE SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	
Márcio dos Anjos São Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.66319231215	
CAPÍTULO 16	161
O PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA E O SEU PAPEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA	
Eunice Pereira Azenha Maritê Medianeira Moro Neocatto Karla Marques da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66319231216	
CAPÍTULO 17	175
RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O SUBPROJETO PIBID NA ÁREA DE MATEMÁTICA	
Maria Emília da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231217	
CAPÍTULO 18	184
ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA NA COMPREENSÃO ESCRITA	
Maria Catarina Paiva Repolês	
DOI 10.22533/at.ed.66319231218	
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
CAPÍTULO 19	195
A EDUCAÇÃO NA DEFESA FUNDAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS	
Juliana Santos Alves Paulo Sérgio Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231219	

CAPÍTULO 20	204
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CÁCERES	
Cleusa dos Santos	
Eva Batista dos Santos Silva	
Ilma Ferreira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231220	
CAPÍTULO 21	213
CONSELHO ESCOLAR, INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO DA GESTÃO COLEGIADA NO COLÉGIO ESTADUAL DE BRUMADO	
Elielson Teixeira	
Nubia Regina Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.66319231221	
CAPÍTULO 22	225
ENSAIO ANALÍTICO DO PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS	
Sérgio Inácio da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231222	
CAPÍTULO 23	237
INOVAÇÃO OU DEMOCRACIA: APORIA DE INSTITUIÇÕES OU FIM DA DEMOCRACIA?	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.66319231223	
CAPÍTULO 24	248
O DEBATE PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO NOS TRAMITES DE UMA LDB NEOLIBERAL	
Claitonei de Siqueira Santos	
Ivo Monteiro de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.66319231224	
CAPÍTULO 25	261
O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DURANTE O PERÍODO DE 2007-2015	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231225	
CAPÍTULO 26	272
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SEUS PROPÓSITOS	
Elisabete Ferreira Esteves Campos	
Andreia de Souza Grava	
DOI 10.22533/at.ed.66319231226	
CAPÍTULO 27	286
RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO – TEORIA E PRÁTICA	
Jaqueline Tubin Fieira	
Giseli Moteiro Glagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231227	

CAPÍTULO 28	294
REPERCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	
Rozilene de Moraes Sousa	
Edna de Oliveira Souza Silva	
Queila Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231228	
CAPÍTULO 29	304
UMA JANELA PARA A ÉTICA DAS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	
Nuno Miranda e Silva	
Sónia Pereira Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.66319231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	317
ÍNDICE REMISSIVO	318

O DEBATE PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO NOS TRAMITES DE UMA LDB NEOLIBERAL

Data de aceite: 04/12/2018

Claitonei de Siqueira Santos

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da UFG. Goiânia-GO

Ivo Monteiro de Queiroz

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO

RESUMO: O texto objetiva analisar a correlação de forças na ANC (Assembléia Nacional Constituinte) de 1998, justamente no momento de efetivação e aprovação da nova LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como as disputas e manobras utilizadas por alguns constituintes, cujos objetivos eram o favorecimento do seguimento privado em ensino e o sucateamento e ajustamento da rede pública de educação aos preceitos da doutrina neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Público, Privado, Constituinte, Disputas e Manobras, LDB.

THE PUBLIC AND PRIVATE DEBATE IN EDUCATION IN THE PROCESS OF A NEOLIBERAL LDB

ABSTRACT: The objective text was analyzed

quickly in the ANC (1998), just at the time of the implementation and approval of the new Basic Education Law (LDB). The public private content and sucatement and rectification of the public network of the neoliberal governance.

KEYWORDS: Public, Private, Constituent, Disputes and Maneuvers, LDB.

1 | INTRODUÇÃO

Ao se propor a analisar, tanto o texto convertido em lei, denominado Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 –, como também a literatura do período relacionado à questão aqui abordada, percebe-se que o texto convertido em Lei está em sintonia com a orientação política dominante de tendência neoliberal. Sua tramitação no congresso nacional balizada por disputa hegemônica entre os grupos defensores de uma escola pública laica gratuita e de qualidade e aqueles interessados na manutenção do setor lucrativo em educação.

Gramsci (2014b) entende que a luta por hegemonia se desenvolve no âmbito da sociedade política mais a sociedade civil. A fase mais abertamente política dessa disputa coloca em evidência ideologias distintas, até

que uma ou a combinação delas prevalece e se impõe devido à ação política, intelectual e moral do grupo dominante. Essa tentativa de definição, ainda que apresada, expressa o embate na tramitação da LDB no congresso nacional, visando a aprovação da lei maior para a educação nacional.

O elemento central que suscitou a reflexão foi entender o sentido da demora na tramitação do texto no Congresso Nacional, mais de 8 anos desde a entrada do projeto naquela casa. Uma das hipóteses levantadas é que o demasiado tempo foi utilizado como manobra e estratégia da sociedade política para desmobilização da sociedade civil. O grupo político ao se impor, estabeleceu a hegemonia política e conseqüentemente um modelo de educação em consonância com os preceitos neoliberais.

Essa questão se explicita melhor quando analisados alguns dispositivos garantidos em lei. A Constituição Federal outorgada em 1988 garante “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I), a nova lei da educação – LDB – também ampara esse princípio (art. 3º, I). No entanto, a questão na prática tem se configurado de forma bastante diferenciada, sugerindo, dessa maneira, uma distancia significativa entre o dito e o instituído no texto materializado em lei.

Os dispositivos em lei são importantes, mas podem se configurar em meros paliativos ou elementos de consenso por parte de determinados grupos políticos cujo objetivo real foi única e exclusivamente a desmobilização da sociedade civil, extremamente imbuída, naquele contexto histórico. No nosso entendimento, além de se fazer o ajustamento da educação pública com os preceitos neoliberais, conseqüentemente, mais uma vez “a educação do povo não era [foi] vista como uma necessidade econômica, social e política muito forte” (PAIVA apud MACÊDO, 1992, p. 08).

2 | ASPECTOS HISTÓRICOS E A DISPUTA NA TRAMITAÇÃO DA NOVA LDB

Os mecanismos de disputa e manutenção de privilégios para os defensores da educação privada, infelizmente não é uma prática recente na política brasileira. Recorremos como forma de exemplificação à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 20/12/61. “Embora tivesse sido encaminhada à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, só a 29 de maio de 1957 é que se iniciou, naquela Casa do Congresso Nacional, a primeira discussão sobre o projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (SAVIANI, 2004, p. 11).

Ocorreu um intervalo de mais de nove anos entre o encaminhamento e o início das discussões do projeto – sendo o mesmo aprovado somente em 1961,

aumentando ainda mais o espaço de tempo. Cabe ainda considerar que, ainda não existia nenhuma diretiva para o setor educacional. Tal fato demonstra o desinteresse da sociedade política com relação à educação do povo.

A demora na aprovação da primeira LDB - Lei 4.024/61 pode ser entendida como estratégia, cujo objetivo era desmobilizar a sociedade civil, principalmente os profissionais da educação. Para atender interesses do setor lucrativo em educação, o projeto de lei, em consonância com a educação pública e de qualidade que estava para ser aprovado foi extraviado.

Como denunciara Aurélio Viana na referida sessão de 10.12. 58, a retirada do projeto da ordem do dia, embora contra o regime da câmara, se deveu à apresentação da subcomissão relatora, através de um de seus membros, do substitutivo de Carlos Lacerda.

O referido substitutivo representou uma inteira mudança de rumos na trajetória do projeto. Seu conteúdo incorpora as conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, o ocorrido em janeiro de 1948. Consequentemente, os representantes dos interesses das escolas particulares tomavam a dianteira do processo.

(...) mostram decididos a fazer valer hegemonicamente os seus interesses no texto da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2004, p. 15).

A retomada histórica pertinente salienta como se configurou, mais uma vez, os mecanismos de disputa na Assembléia Nacional Constituinte (ANC) de 1997/98, no que se refere ao novo texto que seria convertido em Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. As estratégias de alguns constituintes e do Poder Executivo foram muito semelhantes ao contexto de 1961. Objetivo, mais uma vez, era suprimir e desmobilizar a sociedade civil que se encontrava antenada em defesa da escola pública. Depois o favorecimento dos defensores da educação privada.

O público e o privado em educação é um debate de grande atualidade no Brasil, pois mesmo após a aprovação da nova LDB: Lei 9.394/96 a questão ainda não ter sido superada. “As origens desta temática no campo educacional remontam ao passado e têm raízes arraigadas em nossa história, remetendo para o presente uma carga de significados impossível de ser ignorada” (VIEIRA, 2003, p. 69). Daí, quiçá, um dos motivos que mesmo após tantos anos da primeira LDB de 1961, se presenciar o debate entre o público e o privado na LDB 1996; como se a história fosse uma simples repetição de fatos.

A correlação de forças na elaboração da nova proposta de LDB de 1996 acabou favorecendo o setor privado em educação, consubstanciando assim, a tentativa do governo em fazer a vinculação da proposta de LDB com os preceitos do modelo neoliberal em estruturação no país. Passou-se então, mais uma vez,

a responsabilidade maior da educação ao setor privado, ainda que tais objetivos, explicitamente não tenham sido expressos no texto da nova Lei.

O “golpe” dado na sociedade civil, no Plenário da Constituinte, a partir do projeto de lei do senador Darcy Ribeiro deixou atônito os vários grupos em disputa pela efetivação das melhorias na rede pública de educação brasileira. Esse episódio teve função significativa no cerne das disputas políticas, pois possibilitou a implantação da proposta do poder executivo.

Os caminhos e as formas de organização constituem mais elementos de extrema estratégia política – evitando uma crise, e ao mesmo tempo maior responsabilidade ao poder executivo de assumir postura e/ou decisão diretamente. As formas de trabalho da ANC, através de suas subdivisões – Subcomissões, Comissão Temática, Comissão de Sistematização e o Plenário da Constituinte – traz em seu bojo um elemento que poderíamos caracterizar como estratégia do grupo político conservador para desmobilizar a sociedade civil, preocupada e engajada com o processo em questão.

Para melhor esclarecimento da questão posta no parágrafo anterior, é preciso compreender as formas de trabalho da ANC através de suas quatro divisões.

Na primeira etapa, o anteprojeto de Constituição começava a nascer através do trabalho paralelo de 24 Subcomissões, responsáveis pelos anteprojetos iniciais referentes às diversas áreas. Na segunda etapa, grupos de 3 subcomissões constituíram 8 Comissões Temáticas. O trabalho inicial confluía, assim, para Comissões que novamente elaborariam e votariam as matérias discutidas nas Subcomissões. Na terceira etapa seriam reunidas as contribuições das Comissões Temáticas numa Comissão de Sistematização, composta pelos relatores das Subcomissões, presidentes e relatores das Comissões Temáticas e representantes dos partidos, distribuídos proporcionalmente. A Comissão de Sistematização tinha como objetivo compatibilizar os diversos anteprojetos nas Comissões Temáticas, organizar o projeto de Constituição e apresentá-lo a seus membros que poderiam emitir emendas de adequação do projeto com os anteprojetos oriundos das Comissões temáticas. O relator da Sistematização daria parecer sobre as emendas e submeteria o projeto de Constituição à votação. Depois de aprovado, este seria encaminhado ao Plenário da Constituinte, quarta e última etapa (PINHEIRO, 2001, p. 266).

No cumprimento das etapas acima destacadas, foram gastos quase dois anos, visto que o trabalho da Constituinte foi instalado no dia primeiro de fevereiro de 1987, sendo o mesmo outorgado somente em outubro do ano seguinte. Essa demora demonstra o quanto acirrado foi a disputa entre as posições de setores divergentes naquela casa. Salieta também o quanto os interesses da grande maioria estavam em segundo plano na concepção de alguns constituintes. Daí, a justificativa para tamanha demora. A situação de manobras, interesses políticos divergentes evidencia-se ainda mais quando é educação pública, laica e de qualidade voltada para as camadas populares.

No âmbito da sociedade civil, o debate sobre a nova LDB já se encontrava

em ampla discussão, antes mesmo da Promulgação da Constituição de 1988. Explicitando o quanto a sociedade civil, a partir dos seus mais variados grupos, estava mobilizada e atenta com a questão da nova LDB. Ainda assim, devido às disputas por hegemonia, a conciliação entre o público e o privado foi inevitável, a educação para as maiorias foi prejudicada.

Consideramos o tempo gasto demasiadamente grande, sobretudo em função da urgência e importância da matéria em pauta.

No Congresso Nacional, o primeiro projeto de LDB surgiu em 1988, tendo sido aprovado, após sucessivos turnos de votação na Câmara, em junho de 1990. Este texto, amplamente discutido, tornou-se conhecido pelo nome de seu relator, deputado Jorge Hage. Entre o primeiro projeto da Câmara e o texto aprovado em dezembro de 1996, muitas marchas e contramarchas marcaram a tramitação dessa LDB no Congresso. Câmara e Senado protagonizaram disputas pela primazia do projeto, tendo havido ao longo desses anos várias versões que ilustram diferenças políticas significativas. Além do projeto já mencionado, houve o substitutivo da deputada Ângela Amin, aprovado em maio de 1993, no âmbito do Senado, houve um primeiro projeto do senador Darcy Ribeiro, um substitutivo ao projeto da Câmara do deputado Cid Sabóia Carvalho e, um segundo projeto do senador Darcy Ribeiro. Os projetos da Câmara e o substitutivo do Senador Cid Carvalho representavam, de certa forma, interesse mais ligados às bandeiras de movimentos e entidades organizadas da sociedade civil ligados à defesa do setor público. O projeto do senador, por sua vez, traduzia interesses mais ligados à burocracia estatal, sobretudo em sua última versão, que contou com forte apoio do Executivo. O texto que veio a ser aprovado foi o do senador, com suporte decisivo do governo federal (VIEIRA, 2003, p. 74-75).

A citação evidencia o quanto demorado foi para implementação da nova LDB. Visto que a mesma surgiu em 1988, mas somente foi outorgada em 20 de dezembro de 1996, após cerca de 8 anos. Isso com várias modificações que de acordo com Saviani (2003), pouco ou quase nada alterou, já que ambas as leis tiveram como princípio a doutrina liberal. Ficou a sociedade mais uma vez a mercê do processo e usurpada dos direitos e benefícios de uma educação voltada aos interesses populares.

Seguindo ainda a visão de Saviani (2003), os objetivos proclamados mascararam os objetivos reais no cerne da nova carta convertida, posteriormente, em lei. Esse aspecto pode ser entendido, mesmo implicitamente, como uma estratégia da sociedade política que se mostrava com duplo objetivo, fragmentar a sociedade civil em torno do debate e evitar uma crise política a partir de uma tomada de posição mais direta por parte do Poder Executivo no novo texto de lei.

A estrutura de funcionamento da ANC, com suas voltas e retrocessos no projeto de lei em construção, configura como disputa por hegemonia dos grupos conservadores em oposição a um projeto de LDB cujo seu conteúdo viesse a atender os anseios da grande maioria da população. A forma de composição dos membros das Subcomissões de Educação e Cultura privilegiou os conservadores, já que foi utilizado o método da proporcionalidade entre os partidos, dessa maneira

PMDB (atual MDB), ficou com 52% e PFL (atual DEM), com 24%. Essa manobra não se mostrou eficiente, a participação popular foi de suma e extrema importância para as vitórias obtidas inicialmente.

As Subcomissões responsáveis pelos anteprojeto nas diversas áreas, no que diz respeito à educação, teve como relator o deputado João Calmon, PMDB. Podemos dizer que nessa etapa houve uma vitória do setor progressista, cujos princípios eram em defesa da escola pública. Isso posteriormente às reivindicações do setor público que:

Após as discussões, o relatório e o anteprojeto apresentado pelo relator João Calmon incorporaram predominantemente as reivindicações do grupo privado. Após inúmeras críticas, o relator apresentou um, substitutivo, que continha algumas das reivindicações do setor público. Com isso, pode se dizer que a participação da sociedade civil na Subcomissão influenciou muito esse momento da Constituinte (PINHEIRO, 2001, p. 270-271).

Na Comissão Temática, tendo como relator o deputado Artur Távola, também do PMDB, houve um equilíbrio de disputa entre direitistas e esquerdistas, ou seja, os defensores do público e do privado. No entanto,

a atuação da sociedade civil nessa fase se diferenciou das Subcomissões, passando a se caracterizar não pelos debates, mas pelas pressões exercidas junto aos constituintes. A tática empregada foi a de procurar influenciar os votos dos parlamentares (...). A mobilização foi substituída pelos conchavos e pelas pressões nas galerias (Idem, Ibdem, p.271-272).

Ante o exposto, fica caracterizado quão importante foi a participação da sociedade civil nos seus mais diversos segmentos ou não, através de protestos e pressões para que ao menos parte de suas reivindicações fossem, naquele momento histórico, atendidas no texto da nova carta.

O que Pinheiro (2001, p. 272) comenta é que para a esquerda e os “constituintes mais progressistas, as relações tinham se invertido em relação à fase das Subcomissões. O Máximo que poderiam almejar agora era aprovar um anteprojeto que recuava em relação às vitórias anteriores”. Como não contavam mais com a participação efetiva da sociedade civil em função das mudanças de estratégias, estes setores viram suas forças em defesa da escola pública ser minadas.

Novamente nos reportamos ao autor acima destacado, pois argumenta sobre a divisão entre os setores defensores do público e do privado em educação. O debate público-privado no ensino gerou divergências “no interior da ANC e foi classificado dentre os seus temas mais polêmicos. **O Conflito manifestou-se logo no início da ANC, por ocasião da participação da sociedade civil na Comissão de Educação, Cultura e Esportes**” (PINHEIRO, 2001, p. 268) (grifo meu). no emaranhado de relações que se desenvolvia e, diante do efetivo engajamento popular, a única saída para o grupo direitista era o de buscar afastar a sociedade civil, para que, a partir de então, os interesses de grupos distintos fossem concretizados.

Um dos momentos mais polêmicos no período constituinte relacionado à educação pode ser caracterizado no período de atuação da Comissão de Sistematização. Sendo esta presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL) e como relator teve o deputado Bernardo Cabral do PMDB. A divergência de posições e a falta de acordo entre os mesmos, fez com que os esforços do relator, na tentativa de amenizar a situação, ficassem em vão. Gerando assim uma crise que possibilitou a inércia no processo constituinte.

Mais uma vez, esses aspectos, podem ser analisado e entendido como estratégia dos setores conservadores, pois atrasou significativamente o fim dos trabalhos que eram previstos para o final de 1987. Houve ainda uma tentativa dos setores de centro e de direita de mudar o regimento interno da constituinte. Esse movimento desesperado visava anular as resoluções anteriores – Subcomissões e Comissões Temáticas.

Nesse momento, diante ainda do debate em torno do conteúdo que constaria na futura carta que seria convertida em lei, iniciou-se as influências, ainda que de forma camuflada, do poder Executivo, através do Centro Democrático, que se tornou mais conhecido pela alcunha de Centrão. A partir de então, passou-se a ter “dois processos em andamento: o da Sistematização, que funcionava dentro das regras estabelecidas, e o movimento pela mudança nas regras do regimento” (PINHEIRO, 2001, p. 275).

O poder Executivo comandava externamente essas manobras. Conforme destacou Maria Francisca Pinheiro

Nos três anteprojotos apresentados pela Sistematização, a educação seguiu a orientação política geral: o primeiro retratava, com exceção da exclusividade, as resoluções aprovadas na Subcomissão; o segundo foi mais para a direita, cedendo às pressões do Centrão; e o terceiro retomou o equilíbrio das decisões anteriores (PINHEIRO, 2001, p. 275).

As relações de força colocaram o equilíbrio entre as posições a melhor opção, ou seja, ninguém perderia nem ganhava até o presente momento. Mas a situação tenderia a mudar a partir do instante em que o espaço social, dentro do processo constituinte, começava a perder espaço e posição em detrimento das estratégias e força exercidas pelo Executivo (PINO, 2003).

Em meio a esse clima de interstício e divisões políticas, o projeto chegou ao Plenário da Constituinte. Nessa etapa, o Centrão se fortaleceu, visto que a proposta de mudança do regimento foi aprovada, consubstanciando a força exercida pelo Executivo. Este “passou a comandar o processo e ter presença ativa no legislativo” (PINO, 2003, p.22).

A educação se configurava naquele momento como política social de interesse de toda a nação brasileira. Diante dessa circunstância, e de acordo com

os argumentos de Ivany Pino, uma Lei maior da educação como a “LDB, o Plano Nacional de Educação e os princípios diretores das políticas educacionais não podem ser de exclusiva responsabilidade de um governo, mesmo que este tenha a legitimidade de ter sido eleito pelo voto universal” (PINO, 2003, p. 36).

Deparando-se com este clima, a única alternativa encontrada pelos grupos defensores da escola pública foi partir para o acordo. Já que corriam naquela casa do Congresso Nacional dois Projetos de Constituição, um do Centrão “englobando integralmente as propostas do ensino privado” (PINHEIRO, 2001, p.278) e o outro aprovado na Sistematização. Iniciou-se aí uma nova etapa que se caracterizou pela realização de acordos que segundo a autora acima todos os grupos ganhariam alguma coisa.

Na eminência de perder todos os benefícios a favor da escola pública a partir de um confronto direto com os setores direitistas, tendo estes o respaldo do Executivo, o melhor seria o acordo. Caracterizando, mais uma vez a conciliação na lei maior que determina os fins e meios da educação nacional. Após muitas discussões e alguns impasses, o acordo “da oposição com o Centrão realizou-se com a apresentação de uma proposta conjunta para o Capítulo da Educação, Cultura e Esportes. O “emendão”, como ficou chamado, conseguiu reunir interesses contraditórios a área educacional” (PINHEIRO, 2001, p. 279).

No entanto, a autora revela (ainda) que “o acordo realizado foi mais desfavorável ao setor público do que ao particular, identificado com a linha conservadora do Plenário da Constituinte” (Idem. Ibidem. p. 283). No âmago das formas de trabalho da ANC, alguns parlamentares foram encarregados de relatar o projeto de lei.

Após cinco anos de estudos, discussões e programas na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, PL nº 1.258/88-C, chega ao Senado federal (SF) em 14/05/93 para ser revisto. Recebe o nº PLC nº 101/93, sendo lido na sessão do dia 26 de maio e despachado à Comissão de Educação (CE) no dia seguinte (HELENA e DIDONET, 2003, p. 43).

A citação a cima nos remete a dois aspectos. Primeiro, o quanto a questão foi levada a sério, foram gastos cerca de cinco anos de estudos e discussões para que a nova proposta chegasse à Câmara e avançasse em relação à Lei 4.024/61. Segundo, essa manobra pode ser vista como uma estratégia por parte dos setores políticos conservadores já que os cinco anos de trabalho foram “jogados fora” a partir da aprovação de uma LDB minimalista (SAVIANI, 2004).

Diante do exposto é preciso conhecer um pouco das características de cada relatório, bem como de seus agentes principais, juntamente com as estratégias no interior de cada um deles, ou seja, quando um projeto de determinado relator avançava rumo a uma LDB democrática, que visava atender os interesses da sociedade civil reconhecida naquele momento com os interesses da escola pública,

o mesmo retrocedia posteriormente em favor do setor privado.

A concepção do projeto na Câmara dos Deputados teve como relator o deputado Jorge Hage. Nesse momento o projeto teve um caráter social democrata e progressista. Tal fato se efetiva a partir do momento que seu relator “trabalhou sobre todo material disponível, ouvindo democraticamente todos que pudessem contribuir para o equacionamento da matéria em pauta, chegando a um projeto-substitutivo que foi aprovado na Comissão em 28.06.90” (SAVIANI, 2004, p.195). Assemelhava-se este à proposta original, cuja concepção era socialista.

Entendida como um direito social que deve ser garantido pelo Estado a quem cabe a função de regulamentar, planejar e executar ou ainda supervisionar a execução das medidas que viabilizem a cada cidadão o exercício pleno desse direito nos limites da ordem vigente (SAVIANI, 2004).

Entretanto, seria ingenuidade, a partir de um contexto de extrema adversidade e relações de força na ANC, pensar que um projeto de lei de tamanha envergadura seria aprovado com facilidade. As manobras feitas a este na sua chegada ao Plenário foi de importância decisiva para atender aos interesses de grupos contrários a esta proposta. Tendo o mesmo recebido 1.263 emendas, fator este que obrigou uma nova análise, o definhamento da proposta era questão de tempo.

No entendimento de Dermeval Saviani a situação configurada caracterizava-se outra vez uma manobra política dos grupos conservadores, tendo em vista que os grupos defensores das instituições privadas, “alentados pela nova correlação de forças decorrentes da posse do governo Collor, procuravam introduzir alterações no substitutivo Jorge Hage. Este, sem dúvida constituía, em confronto com a situação ainda vigente, um avanço” (SAVIANI, 2004, p.196).

Pode-se perceber na citação acima, respectivamente nas últimas linhas, que este ainda não era um projeto ideal para a educação brasileira, mas, no entanto, constituía muitos pontos favoráveis aos anseios da sociedade civil. Porém, como este não era o objetivo do grupo conservador, mesmo pecando em alguns pontos, deveria ser mudado. Daí as manobras feitas para que o mesmo perdesse seu caráter social-democrata e progressista. E o objetivo fora alcançado a partir de um novo projeto-substitutivo.

A flexibilidade ou mesmo a facilidade com que a nova relatora, deputada Ângela Amin, muda de partido, pode ser caracterizado como uma falta de coerência política, fidelidade partidária e compromisso com a sociedade, já que o projeto relatado pela deputada tinha fortes indícios de que atenderia os interesses do grupo privado. O caráter social-democrata e progressista é suprimido, passando a prevalecer a partir de então a concepção conservadora de LDB. “O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados é, com poucas alterações, o texto resultante do relatório Ângela Amin” (SAVIANI, 2004, p. 196).

Surge no senado, quando o projeto da Câmara entrava em sua fase final, o projeto Darcy Ribeiro, trazendo em seu conteúdo uma série de omissões e contradições. Tal iniciativa causou perplexidade em vários sentidos, destacaremos apenas dois. Primeiro pela forma açodada e intempestiva com que foi apresentada. Segundo pela quebra do bom senso na relação entre as duas casas do Congresso (SAVIANI, 2004). Pode-se concluir, mais uma vez, o quanto o interesse da sociedade, em relação à educação pública, laica, gratuita e de qualidade estava em segundo plano; a influência do Executivo para tal resolução foi crucial.

Os elementos do parágrafo anterior remetem-nos a lei 4.024/61, quando o bom senso foi quebrado e o projeto foi retirado da ordem do dia. No contexto apresentado, cabe uma indagação. Se o projeto Ângela Amin correspondia aos interesses do grupo conservador em detrimento a escola pública no Brasil e, no entanto, surge no Senado o projeto apresentado pelo então senador Darcy Ribeiro, por qual motivo? Ora o passado de Darcy Ribeiro fala por si só, diante disso um projeto originado de um intelectual respeitável com um passado político identificado com as forças progressistas (SAVIANI, 2004) era o que o Executivo necessitava, para dividir a sociedade civil em torno do processo e ganhar tempo para que seus interesses fossem concretizados.

No dia 30 de novembro de 1994 numa nova tentativa cujo objetivo era reverter a situação

o senador Cid Sabóia de Carvalho apresentou novo parecer, de nº 250/94-C, com substitutivo, incorporando integralmente as sugestões apresentadas por 79 emendas, acatando parcialmente 29 e rejeitando as demais. O parecer sugeriu também a prejudicialidade do PLS nº 208/89 e a desanexação do PLC nº 45/93, para que tramitasse independentemente, uma vez que seu objeto não era tratado na LDB (HELENA e DIDONET, 2003, p. 44).

O projeto do senador Cid Sabóia não foi aprovado, visto que novamente um jogo de manobra retarda a votação – versão Cid Sabóia. Como no ano seguinte o senador relator do projeto não retorna ao senado, este exige novo relator. Em 16/03/95 foi designado, então, o senador Darcy Ribeiro e em 25/10/05, o plenário aprova o substitutivo do novo relator após este analisar e aprovar 32 sugestões das 57 emendas de plenário sugerido ao projeto de LDB da Câmara. Enfim, o texto final foi aprovado em 08 de fevereiro de 1996. “Naquele momento ainda houve a tentativa, sem êxito, de conceder preferência para votação do substitutivo do senador Cid Sabóia de Carvalho” (Idem. Ibidem. p. 45).

Nesse emaranhado de relações, o intrigante é pensar como Darcy Ribeiro novamente volta a cena no processo, justamente como relator, solicitando a prejudicialidade do PLC nº 45 e do substitutivo da Comissão de Educação (Cid Sabóia), conseguindo assim, depois de alguns tramites e mudanças, não muito significativas do ponto de vista da escola pública, a aprovação do projeto ao qual

foi relator.

Foi nesse emaranhado de situações que antecedeu a aprovação da LDB, lei 9.394/96. Dado essas nuances, na concepção de alguns autores, dentre eles, Álvaro Viera Pinto “é uma lei com a qual ou sem a qual tudo continua tal e qual” (Apud, SAVIANI, 2004, p. 226). Essa colocação nos remete ao pouco ou quase nada de compromisso com relação a mudanças no texto da nova lei. Ivany Pino diz que “seria ingenuidade atribuir a essa lei força ou, mesmo potencialidade para provocar uma revolução da educação no país” (PINO, 2003, p. 19).

No nosso entendimento, Dermeval Saviani foi mais coerente em relação aos autores acima citados, pois na visão desse autor, a LDB aprovada em 1996, configura-se em

uma lei que deixou muita coisa em aberto, os seus limites, expressos predominantemente na forma de omissões, podem se converter na abertura de novas perspectivas para a educação brasileira. A realização dessa possibilidade, contudo, está na dependência da **capacidade de mobilização e ação** das forças identificadas com a necessária transformação da nossa organização escolar tendo em vista a construção de um sistema nacional de educação que garanta a todos o acesso e conclusão da educação básica (SAVIANI, 2004, p. 227) (Grifo meu).

Cerca de oito anos se passaram do início dos trabalhos até a aprovação da nova lei, nesse período de tempo muita coisa mudou, os atores do processo mudaram, tanto é verdade que nesse período, destacando o Executivo, foram quatro presidentes – José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique –, cada um querendo deixar a sua marca registrada. No âmbito do Legislativo esses elementos foram ainda mais tensos, contraditórios e evidenciam os interesses em torno de uma concepção de educação pública para o país atrelada os interesses de uma política neoliberal.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demora para aprovação da LDB destacada no interior do texto torna-se, na análise aqui elaborada, de significativa importância, pois foi ela, entendida enquanto estratégia política dos setores conservadores, a grande responsável por retardar o processo e possibilitar a desmobilização da sociedade civil. Portanto, esses elementos em conjunto, associados com a má vontade e falta de compromisso políticos com os interesses sociais por parte dos setores conservadores, emperrou um processo de construção de um projeto de educação voltado para o povo. Com isso, não se pretende deduzir que a construção de uma “nova” diretriz para a educação no país surja do dia “para a noite”. Mesmo assim o tempo fora excessivamente longo para poucas ou nenhuma alterações significativas relacionadas aos interesses da grande maioria da população.

Para aqueles grupos interessados na construção de uma educação pública gratuita e realmente de qualidade, o tempo demasiadamente amplo, configurando-se um golpe aos anseios da sociedade, sobretudo através dos vários segmentos sociais organizados que estavam engajados com o processo. Situação esta frustrante, haja vista que o PLC – deputado Jorge Hage – era bastante avançado em relação ao PLS – senador Darcy Ribeiro – no entanto, o mesmo não fora aprovado.

Aos grupos conservadores – defensores do setor lucrativo em educação – só restavam esperar, e nesse quesito foram pacientes, e pode se dizer, por que não, vitoriosos já que souberam travar o processo na hora certa, forçando os esquerdistas à conciliação, acordo. Deixando a educação no que diz respeito à mudança ou não, a depender dos “encaminhamentos de políticas educacionais e da decisão dos órgãos normativos dos sistemas de ensino ou das próprias escolas” (SAVIANI, 2004). Foram auspiciosos e conseguiram estabelecer a hegemonia política em torno do texto materializado em lei.

Todo o tempo gasto para a conclusão dos trabalhos e os poucos resultados em torno da LDB não faz sentido para os interesses do povo. No entanto, nas marchas e contramarchas do processo as lacunas no texto é uma possibilidade para a retomada dos movimentos em favor da efetivação da educação verdadeiramente de qualidade. Necessário se faz ainda manter firme a sobriedade destacada por Gramsci (2014, p. 265) na máxima “Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.

Portanto, faz-se necessário ter em mente que a questão da educação nacional não se resolve por meio de decreto, leis ou reformas de diretrizes curriculares, ainda que estes sejam caminhos interessantes e importantes. É urgente o investimento maciço na profissionalização e formação docente. Portanto, a luta é cotidiana e constante rumo a uma educação verdadeiramente de qualidade, sobretudo à medida que estas questões e as tentativas de sucateamento da educação voltam à baila no contexto da política nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil 1988**. Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios Bloco L – 70047 – DF.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

_____, A. A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização

Brasileira, 2014b.

HELENA, H. O. L. e DIDONET, V. LDB: últimos passos no Congresso Nacional. In: Brzezinsk, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

LDB. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. In: Brzezinsk, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2003 (anexo).

MACEDO FILHA, M. B. **A escola pública no Brasil: suas origens e a luta por sua concretização**. Solta A Voz, Goiânia, v. 1, p. 7-12, 1993.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: Fávero, O. **A educação nas constituintes brasileira**. Campinas São Paulo, Autores associados, 2001.

PINO, I. A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: Brzezinsk, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 8. ed. Campinas São Paulo: Autores Associados, (coleção educação contemporânea), 2004.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba, Editora da UFPR, 1992.

VIEIRA, S. L. O público e o privado nas tramas da LDB. In: Brzezinsk, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 1, 2, 5, 6, 7, 10, 50, 53, 56, 59
Análises e reflexões 102, 272
Atividades didáticas 184, 189, 190, 192, 193
Atividades na natureza 28, 31
Avaliação Física 122, 123, 124, 125, 128, 129

B

Biofilia 28, 29, 30, 36, 37, 38

C

Caverna 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 142
Conhecimentos matemáticos 50, 53, 54, 59
Consolidação 59, 78, 79, 82, 97, 102, 108, 275, 310
Corpo 28, 30, 31, 36, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 113, 137, 142, 200, 210, 212, 240, 264
Creche 204, 205, 206, 207, 208
Currículo 3, 6, 9, 10, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 120, 192, 202, 210, 211, 212, 216, 218, 221, 222, 223, 227, 277, 279, 294, 298, 301

D

Direito a ter direitos 195
Disciplina 12, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 43, 46, 48, 71, 72, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 103, 117, 118, 178, 188, 189, 192, 196, 204

E

Educação Física Escolar 61
Educação Infantil 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 262, 266, 297, 299
Ensino de Ciências 1, 2, 7, 74, 104, 105
Ensino de química 102, 109
Ensino e aprendizagem 80, 132, 175, 178, 194, 283
Escalonamento 149, 150, 153, 154, 156, 159
Escola 1, 3, 7, 40, 42, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 187, 194, 195, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 231, 248, 249, 250, 253, 255, 257, 260, 263, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 290, 292, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316
Estado da arte 102, 104, 109, 203, 302

Estágio Curricular 72, 86, 88, 93
Estágio Supervisionado 50, 51, 52, 53, 59

G

Geogebra 149, 150, 153, 154, 155, 160

H

História 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 69, 76, 77, 79, 84, 105, 109, 118, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 176, 183, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 216, 219, 220, 224, 238, 239, 240, 241, 242, 250, 283, 287, 288, 301, 302, 317
História dos Direitos Humanos 195, 196, 197, 203

I

Informática na Educação 161, 162, 164, 165, 166, 171, 173, 174

J

Jogos 17, 22, 40, 43, 66, 67, 76, 80, 105, 175, 178, 179, 180, 181, 183

L

Licenciatura em Educação do Campo 50, 51, 54, 55, 58
Licenciatura em Matemática 43, 175, 183
Língua Inglesa 184, 188, 193, 194
Logos Histórico 140, 143, 144, 145

M

Material Pedagógico 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71
Medicalização 86, 88, 96, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139

N

NTEM Santa Maria 162, 164, 172

P

PIBID 84, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183
Pivotamento 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159
Política 18, 80, 87, 113, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 164, 184, 185, 188, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 258, 259, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 285, 289, 295, 296, 298, 300, 301, 302
Politização 140, 143, 144, 145
Prevenção 112, 116, 117, 120, 122, 126, 128, 129
Primeiros socorros 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Processo Educativo 42, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 94, 166, 172, 210, 289, 314
Produção Agroecológica 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Professor de Informática Educativa 161, 162, 163, 166
Professores 8, 46, 47, 52, 62, 64, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 100,
105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 134, 135, 159,
160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 182, 184, 186, 187, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 195, 201, 203, 206, 210, 213, 214, 216, 217, 221, 223, 274, 278, 282,
286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 316, 317
Profissão 26, 72, 83, 97, 186, 216, 278, 303, 304, 307, 308, 309, 314, 315
Projeto Político Pedagógico 204, 205, 206, 209, 211, 212, 213, 221, 222, 223

R

Roteiro 35, 113, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193

S

Sedentarismo 122

Sistemas Agroflorestais 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11

Sistemas Lineares 149, 150, 154

Sociedade 4, 5, 6, 7, 13, 40, 41, 42, 48, 52, 53, 57, 65, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 86, 88,
89, 90, 91, 92, 94, 95, 102, 105, 109, 118, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 143, 145, 146,
147, 160, 162, 163, 165, 173, 174, 182, 186, 194, 202, 209, 213, 216, 219, 220, 235, 237, 238,
240, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 273, 275, 277,
278, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297, 299, 301, 307

T

Tecnologia Educacional 161, 162, 164, 165, 166, 174

Transdisciplinaridade 74, 79, 80, 81

